



4.º COLÓQUIO DE ARQUEOLOGIA DO ALQUEVA

O Plano de Rega (2002-2010)

FICHA TÉCNICA

MEMÓRIAS d'ODIANA - 2.ª Série

TÍTULO

**4.º COLÓQUIO DE ARQUEOLOGIA DO ALQUEVA
O Plano de Rega (2002 – 2010)**

EDIÇÃO

**EDIA - Empresa de desenvolvimento
e infra-estruturas do Alqueva
DRCALEN - Direcção Regional
de Cultura do Alentejo**

COORDENAÇÃO EDITORIAL

**António Carlos Silva
Frederico Tátá Regala
Miguel Martinho**

DESIGN GRÁFICO

Luisa Castelo dos Reis /VMCdesign

**PRODUÇÃO GRÁFICA,
IMPRESSÃO E ACABAMENTO
VMCdesign / Ligação Visual**

TIRAGEM

500 exemplares

ISBN

978-989-98805-7-3

DEPÓSITO LEGAL

356 090/13

FINANCIAMENTO

**EDIA - Empresa de desenvolvimento
e infra-estruturas do Alqueva
INALENTEJO**

**QREN - Quadro de Referência Estratégico
Nacional**

**FEDER - Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional**

Évora, 2014

ÍNDICE

- 9 INTRODUÇÃO
- 11 PROGRAMA
- 15 LISTAGEM DOS PÓSTERES APRESENTADOS
- 17 CONFERÊNCIAS
- 19 *“Alqueva – Quatro Encontros de Arqueologia depois...”*. António Carlos Silva
- 34 *“O património cultural no Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva: caracterizar, avaliar, minimizar, valorizar ...”*. Miguel Martinho
- 45 *“O Acompanhamento no terreno do Projecto EFMA na área da Extensão de Castro Verde do IGESPAR”*. Samuel Melro, Manuela de Deus
- 53 **COMUNICAÇÕES**
- 55 *“Um mundo em negativo: fossos, fossas e hipogeus entre o Neolítico Final e a Idade do Bronze na margem esquerda do Guadiana (Brinches, Serpa)”*. António Carlos Valera, Ricardo Godinho, Ever Calvo, F. Javier Moro Berraquero, Victor Filipe e Helena Santos
- 74 *“Intervenção arqueológica em Porto Torrão, Ferreira do Alentejo (2008-2010): resultados preliminares e programa de estudos”*. Raquel Santos, Paulo Rebelo, Nuno Neto, Ana Vieira, João Rebuje, Filipa Rodrigues, António Faustino Carvalho
- 83 *“Contextos funerários na periferia do Porto Torrão: Cardim 6 e Carrascal 2”*. António Carlos Valera, Helena Santos, Margarida Figueiredo e Raquel Granja
- 96 *“Intervenção Arqueológica no sítio de Alto de Brinches 3 (Reservatório Serpa – Norte): Resultados Preliminares”*. Catarina Alves, Susana Estrela, Eduardo Porfírio, Miguel Serra
- 103 *“Caracterização preliminar da ocupação pré-histórica da Torre Velha 3 (Barragem da Laje, Serpa)”*. Catarina Alves, Catarina Costeira, Susana Estrela, Eduardo Porfírio, Miguel Serra, António M. Monge Soares, Marta Moreno-Garcia
- 112 *“Questões e problemas suscitados pela intervenção no Casarão da Mesquita 4 (S. Manços, Évora): da análise intra-sítio à integração e comparação regional”*. Susana Nunes, Miguel Almeida, Maria Teresa Ferreira, Lília Basílio
- 119 *“Um habitat em fossas da Idade do Ferro em Casa Branca 11, na freguesia de Santa Maria, concelho de Serpa”*. Susana Rodrigues Cosme
- 125 *“Poço da Gontinha 1 (Ferreira do Alentejo): resultados preliminares”*. Margarida Figueiredo
- 132 *“Currais 5 (S. Manços, Évora): diacronia e diversidade no registo arqueostratigráfico”*. Susana Nunes, Mónica Corga, Miguel Almeida, Lília Basílio

- 137 *“A villa romana do Monte da Salsa (Brinches, Serpa): uma aproximação à sua sequência ocupacional”*. Javier Larrazabal Galarza
- 145 *“Dados para a compreensão da diacronia e diversidade do registo arqueológico na villa romana de Santa Maria”*. Mónica Corga, Maria João Neves, Gina Dias, Catarina Mendes
- 155 *“A pars rústica da villa da Insuínha 2, freguesia de Pedrógão, concelho da Vidigueira”*. Susana Rodrigues Cosme
- 162 *“A villa da Herdade dos Alfares (São Matias, Beja) no contexto do povoamento romano rural do interior Alentejano”*. Mónica Corga, Miguel Almeida, Gina Dias, Catarina Mendes
- 171 *“A necrópole de incineração romana da Herdade do Vale 6, freguesia e concelho de Cuba”*. Susana Rodrigues Cosme
- 178 *“Necrópole romana do Monte do Outeiro (Cuba)”*. Helena Barranhão
- 185 *“O conjunto sepulcral do Monte da Loja (Serpa, Beja)”*. Sónia Cravo e Marina Lourenço
- 191 *“O sítio de São Faraústo na transição da Época Romana para o Período Alto-Medieval, freguesia de Oriola, concelho de Portel”*. Susana Rodrigues Cosme
- 197 *“O sítio romano da Torre Velha 1. Trabalhos de 2008-09 (Barragem da Laje, Serpa)”*. Adriaan De Man, Eduardo Porfírio, Miguel Serra
- 203 *“Análise preliminar dos contextos da Antiguidade Tardia do sítio Torre Velha 3 (Barragem da Laje - Serpa)”*. Catarina Alves, Catarina Costeira, Susana Estrela, Eduardo Porfírio, Miguel Serra
- 212 *“A Necrópole de São Matias, freguesia de São Matias, concelho de Beja”*. Susana Rodrigues Cosme
- 219 *“Xançra II (Cuba, Beja): resultados preliminares da necrópole islâmica”*. Sandra Brazuna, Ricardo Godinho
- 225 *“Funchais 6 (Beringel, Beja) – resultados preliminares”*. Manuela Dias Coelho, Sandra Brazuna
- 231 **PÓSTERES**
- 233 *“Primeiros resultados da intervenção arqueológica no sítio Torre Velha 7 (Barragem da Laje - Serpa)”*. Adriaan De Man, André Gregório, Eduardo Porfírio, Miguel Serra
- 237 *“A Torre Velha 3 (Serpa) no espaço geográfico. Uma abordagem morfológica de um “sítio” arqueológico”*. Miguel Costa, Eduardo Porfírio, Miguel Serra
- 242 *“O contributo da Antropologia para o conhecimento das práticas funerárias pré e proto-históricas do sítio de Monte da Cabida 3 (São Manços, Évora)”*. Maria Teresa Ferreira
- 246 *“Villa Romana da Mesquita do Morgado (S. Manços, Évora): considerações acerca das práticas funerárias”*. Maria Teresa Ferreira

- 250 “*Monte da Palheta (Cuba, Beja): dados para a caracterização arqueológica e integração do sítio à escala regional*”. Mónica Corga, Gina Dias
- 256 “*Aldeia do Grilo (Serpa): contributos para o estudo do povoamento romano na margem esquerda do Guadiana*”. Carlos Ferreira, Mónica Corga, Gina Dias, Catarina Mendes
- 261 “*Resultados preliminares de uma intervenção realizada no sítio Parreirinha 4 (Serpa)*”. Carlos Ferreira, Susana Nunes, Lília Basílio
- 267 “*Depósitos cinerários em Alpendres de Lagares 3*”. Maria Teresa Ferreira, Mónica Corga, Marta Furtado
- 271 “*Workshop Dryas’09: Estruturas negativas da Pré e Proto-história peninsulares – estado actual dos nossos conhecimentos... e interrogações*”. Miguel Almeida, Susana Nunes, Maria João Neves, Maria Teresa Ferreira
- 276 “*Intervenção arqueológica na Horta dos Quarteirões 1, Brinches, Serpa*”. Helena Santos
- 280 “*A Intervenção Arqueológica no Monte das Covas 3 (S. Matias, Beja): Os contextos romanos de época republicana*”. Lúcia Miguel
- 284 “*O Sítio do Neolítico antigo da Malhada da Orada 2 (Serpa): resultados preliminares*”. Ângela Guilherme Ferreira
- 289 “*Intervenção arqueológica nas necrópoles do Monte da Pecena 1 e Cabida da Raposa 2*”. Andrea Martins, Gonçalo Lopes, Marisa Cardoso

“O ACOMPANHAMENTO NO TERRENO DO PROJECTO EFMA NA ÁREA DA EXTENSÃO DE CASTRO VERDE DO IGESPAR”.

SAMUEL MELRO⁶, MANUELA DE DEUS⁷

Resumo

Com o presente artigo pretende-se abordar alguns aspectos relativos ao acompanhamento do Projecto do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva por parte da Extensão de Castro Verde do IGESPAR. Procurar-se-á enquadrar a temática, de forma sintética, no contexto geral de todo o Projecto e à luz da articulação que existe entre a Empresa de Desenvolvimento de Infra-estruturas de Alqueva, SA (EDIA) e o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. IP. (IGESPAR), determinada pela assinatura de um protocolo entre as duas entidades. Procurar-se-á, ainda, abordar os trabalhos realizados no âmbito do EFMA no panorama geral dos trabalhos arqueológicos realizados na área territorial afecta à Extensão, o Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral.

Abstract

The present article seeks to address some aspects monitoring the Irrigation Project of Alqueva by the Extension of Castro Verde IGESPAR, I.P. The theme will be presented, in summary form, in the general context of the whole project and in light of the joint that exists between EDIA, S.A. and IGESPAR, I.P., determined by the signing of a protocol between the two entities. We will also address the work carried out under the Alqueva project (EFMA) in the overview of the archaeological work conducted in the area that concerns the present territorial Extension of IGESPAR, the Alentejo district of Beja and the Alentejo Coast.

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos em torno do projecto do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (EFMA), desde os finais da década de noventa, constituíram uma das forças propulsoras que projectaram, definitivamente, a arqueologia portuguesa para um contexto profissionalizante. O percurso do Alqueva é, de certa forma, também o nosso percurso, pois deu os primeiros passos a par do novo contexto institucional inaugurado pelo então Instituto Português de Arqueologia (IPA), responsável pelo ingresso do Património Arqueológico no léxico do “ordenamento do território” e sobretudo na prática das Avaliações de Impacte Ambiental. Não é pois de estranhar que, participantes directos dessa etapa inicial, representemos actualmente no IGESPAR, I.P., uma Divisão (DAPA) designada precisamente de Arqueologia Preventiva e de Acompanhamento, o perfil maioritário da actividade arqueológica nacional, tal como acontece nas diversas frentes de obra do projecto Alqueva.

O alcance e dimensão dos Empreendimentos do Alqueva determinaram, desde a sua nascença, uma estreita relação com a Tutela do Património em Portugal⁸. A aplicação do Plano de Minimização de Impactes no Património de Alqueva regulou-se por um protocolo firmado em 1997⁹ entre a EDIA, enquanto entidade responsável pela execução e gestão do Empreendimento, e o IPA, enquanto entidade da Administração Pública responsável pela salvaguarda do património arqueológico nacional, com vista à promoção, coordenação e acompanhamento dos múltiplos trabalhos arqueológicos necessários. Nesse mesmo ano, decorrente de imposição comunitária, foi constituída a CAIA – Comissão de Acompanhamento Ambiental das Infraestruturas do Alqueva – com o objectivo de acompanhar o cumprimento do Programa de Gestão Ambiental do EFMA. A Comissão articulava-se em grupos de trabalho para a apreciação de matérias específicas, entre os quais o GTPC – Grupo de Trabalho do Património Cultural¹⁰.

Efectivamente, uma vez concluída a Barragem de Pedrógão (inaugurada em 17 de Março de 2006), a CAIA, que deveria como previsto ter cessado a sua actividade¹¹, manteve-se em funcionamento, procurando evitar o vazio no

⁶ D.A.PA – Extensão de Castro Verde, IGESPAR, I.P.

⁷ D.A.PA – Extensão de Castro Verde, IGESPAR, I.P.

⁸ Para o percurso dessa relação ver SILVA (1999) e comunicação do mesmo autor no presente Volume.

⁹ Idem, ibidem: pp.79-83.

¹⁰ Presidido pelo representante do IPA e composto por representantes do Secretariado Técnico da CAIA, da EDIA, dos municípios e de organizações regionais de defesa do património. Acerca da CAIA ver testemunho de CARVALHO (2002).

¹¹ Por força do disposto no nº1 do Art.2º do Despacho Conjunto dos Ministros do Equipamento e do Ambiente de 21 de Março de 1997. A decisão do prolongamento pós-Pedrógão estava prevista no nº2 do Art.2º do mesmo diploma.

imprescindível acompanhamento ambiental do Alqueva, enquanto aguardava a decisão dum prolongamento pós-Pedrógão. A demora¹² na resolução dessa situação juridicamente insustentável determinou, em 2007, o fim da CAIA, por ocasião igualmente do termo oficial do acordo de 1997 entre o IPA/IGESPAR, I.P. e a EDIA¹³. Com a sua extinção, os grupos de trabalho da CAIA, que se previa serem substituídos por subcomissões (de Avaliação de Impactes Ambientais; de acompanhamento de obra; e de monitorização e de gestão do território) numa futura Comissão reestruturada, cessaram obviamente as suas actividades.

Por essa altura apresentavam-se deste modo duas situações determinantes que impunham uma nova relação do IGESPAR, I.P. com a EDIA: o fim da CAIA e do Protocolo de 1997 e sobretudo, aliado ao encurtamento do prazo de conclusão do EFMA em 10 anos (de 2025 para 2015), a cada vez maior dimensão da área de intervenção. Concluídas as barragens de Alqueva e de Pedrógão¹⁴, esta nova e presente segunda etapa reveste-se de uma evidente maior complexidade, com vários projectos em curso num imenso descontínuo territorial, desde Évora a Serpa, e que exige múltiplas respostas em múltiplas frentes.

Perante tal incremento, o anterior protocolo mostrava-se desadequado face à quantidade exponencial das ocorrências identificadas e à complexificação crescente das acções de salvaguarda patrimonial e revelava-se improcedente face à legislação entretanto produzida ou transposta de directivas comunitárias. Sobre esse cenário, ambas as entidades, mais do que nunca, ressaltaram a necessidade de manter a boa colaboração bilateral conseguida essencialmente através da manutenção de arqueólogos da Tutela ocupados com os assuntos patrimoniais do Empreendimento¹⁵. Daí resultou o novo enquadramento institucional entre a EDIA e o IGESPAR, I.P., marcado pela celebração de novo protocolo de colaboração, firmado em Beja a 9 de Outubro de 2007. Este formalizou um modelo de articulação institucional que no terreno, cumprindo com o rigor técnico e legal exigido, fosse célere e com capacidade decisória relativamente às estratégias e metodologias da minimização, consoante o âmbito, natureza e importância relativa dos impactes em presença, visando, entre outros objectivos, reduzir as paragens de obra e prejuízos associados ao estritamente necessário.

A montante dessa Fase de Obra, fora constituída uma única Comissão de Avaliação para o EFMA, que aprovou para o efeito um Guia Técnico específico para a elaboração dos Estudos de Impacte Ambiental do EFMA¹⁶, em parceria com a EDIA, “por forma a assegurar a celeridade, economia e eficácia das decisões a tomar no âmbito dos respectivos procedimentos de AIA”¹⁷.

No terreno o Protocolo consubstanciou uma prática que decorria já em parte do próprio modelo descentralizado das Extensões Territoriais do IGESPAR, I.P. que sempre se pautaram pelo estreito acompanhamento das acções concretas de minimização de impactes arqueológicos. Aliás, à data de assinatura do Protocolo, já era reconhecido que a Extensão de Castro Verde acompanhava directa e presencialmente, desde 2005/2006, os trabalhos do EFMA que transitaram desde aí e até à data para o distrito de Beja, a nossa área da actuação, sendo ainda de assinalar o acompanhamento a alguns trabalhos do Alqueva na fase final do Bloco de Rega do Monte Novo e Canal Adutor Loureiro/Alvito (distrito de Évora).

O IGESPAR, I.P. desenvolve, deste modo, em proximidade e com agilidade, as acções inerentes de autorização dos trabalhos arqueológicos ou de fiscalização regular aos trabalhos arqueológicos, procedendo à avaliação patrimonial de novas ocorrências e à determinação das medidas de minimização necessárias e, por fim, avaliando a libertação das áreas de escavação para o avanço da obra.

¹² A primeira metade de 2007 foi igualmente o tempo da fusão do IPA com o IPPAR e a DGEMN, no IGESPAR, IP, com as alterações orgânicas e funcionais inerentes e consequentes.

¹³ A CAIA foi extinta por ocasião da sua 103ª Reunião Plenária, a 19 de Março de 2007, após ter terminando oficialmente a 18 de Janeiro de 2007 o acordo institucional entre o IPA/IGESPAR, IP e a EDIA.

¹⁴ Um balanço preliminar dessa primeira etapa foi ensaiado num dossiê especial da revista *Al Madam*, de 2002.

¹⁵ Nominalmente, a Administração Pública fez-se representar entre 1997 e 2000 por José Morais Arnaud e António Faustino de Carvalho, e entre 2000-2007 por José Correia, sucedendo-se João Marques, na Comissão de Acompanhamento junto da Agência Portuguesa de Ambiente, e Samuel Melro e Manuela de Deus, no acompanhamento local no terreno. A EDIA esteve representada entre 1997 e 2002 por António Carlos Silva, entre 2002 e 2005 por Miguel Martinho, entre 2005 e 2007 por Miguel Martinho e Valdemar Canhão e a partir de 2007 por Miguel Martinho, Valdemar Canhão e Paulo Marques.

¹⁶ Disponível em http://aiacirca.apambiente.pt/Public/irc/aia/aiapublico/library?!=/documentos_normativos/projectos_empreendimento/elaborao_efmapdf/_PT_1.0_&a=d.

¹⁷ Despacho Conjunto do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e Ministra da Cultura – Despacho nº 16 226/2007 (DR, 2ª série de 26 de Julho de 2007).



Imagem 1 – São Faraústo, Portel. Escavação arqueológica em área em fase de obra com auxílio de meios mecânicos.



Imagem 2 – Villa romana de Santa Maria, Serpa. Escavação em fase prévia à obra.

Neste cenário é bem elucidativo observar a evolução dos trabalhos arqueológicos no Baixo Alentejo nestes últimos anos, onde, à semelhança do âmbito nacional, é evidente o predomínio esmagador dos trabalhos de categoria C, isto é, de prevenção e decorrentes de acompanhamentos arqueológicos: 95% dos trabalhos arqueológicos nos últimos 3 anos, contra apenas 5% de trabalhos de âmbito de investigação programada e/ou de valorização (Gráfico 1).

Essa percentagem reflecte-se, obviamente, na evolução dos trabalhos arqueológicos desde 2003 até finais do 2009 no Baixo Alentejo, correspondendo precisamente às múltiplas frentes de obras que foram referidas (Gráfico 2). É aí observável o salto assinalável da quantidade de sondagens e escavações arqueológicas, sentido a partir de 2006/2008 e muito particularmente no ano de 2009, onde foram realizadas mais de 360 intervenções, centradas em particular nos concelhos de Serpa e de Ferreira do Alentejo, seguidas dos concelhos de Cuba e Beja. No que se refere à origem dessas intervenções, verifica-se como os acompanhamentos de obras e as prospecções em fase prévia se mantêm regularmente em níveis superiores a meia centena por ano.

Olhando por sua vez aos motivos e às condicionantes que determinam esses trabalhos – tomando como

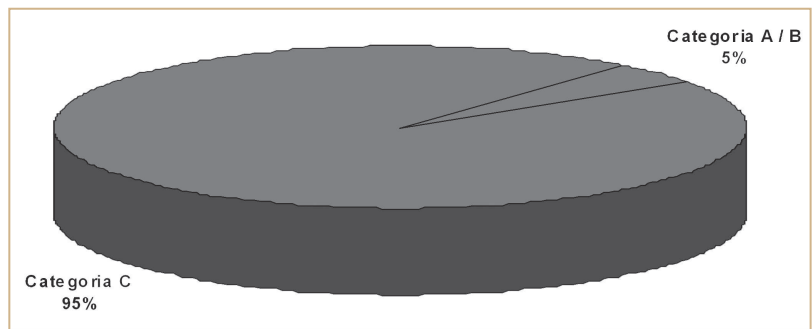


Gráfico 1 – Relação dos trabalhos arqueológicos de categoria C e de categoria A/B, na área da Extensão de Castro Verde.

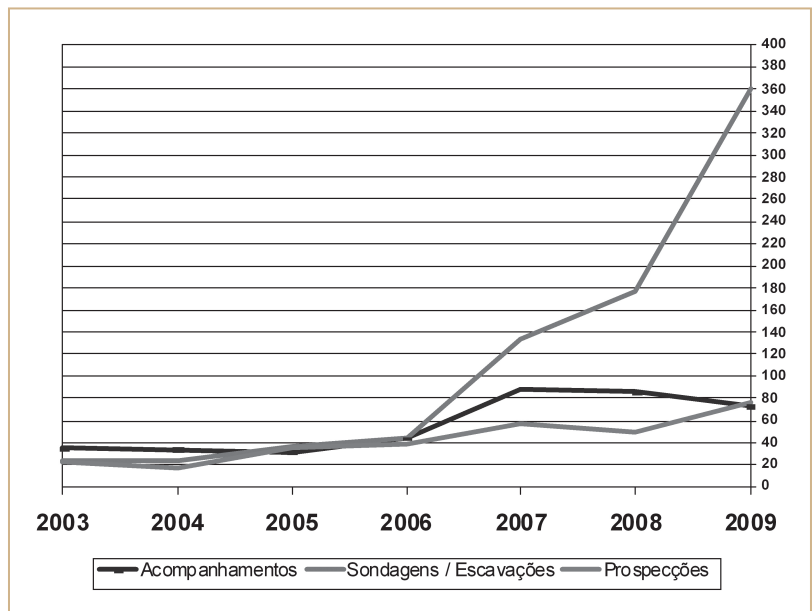


Gráfico 2 – Evolução do número de trabalhos arqueológicos entre 2003 e 2009, quanto ao tipo de trabalho, na área da Extensão de Castro Verde.

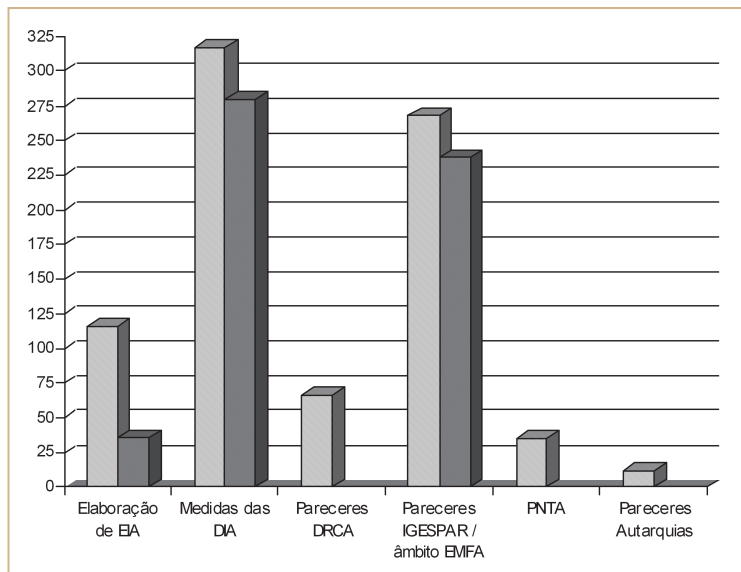


Gráfico 3 – Motivos que estão na origem da realização dos trabalhos arqueológicos realizados na área da Extensão de Castro Verde e comparação com os trabalhos realizados no âmbito do EFMA (2008 e 2009).

dos projectos do Alqueva, devem, obviamente, conduzir-nos a uma reflexão mais geral acerca da forma e dos problemas com que a actividade da Arqueologia Preventiva e de Acompanhamento se depara actualmente.

A primeira esfera de acção dessa arqueologia respeita ao seu papel no descritor Património Cultural dos Estudos de Impacte Ambiental (EIA), âmbito no qual é evidente a evolução e valorização da actividade arqueológica. Tal surge consubstanciado na realização conjunta, entre a Comissão de Avaliação da Agência Portuguesa do Ambiente e a EDIA, do Guia Técnico para a elaboração de EIA de Projectos do EFMA, procurando atingir objectivos de qualidade em termos do rigor da avaliação e da eficácia das medidas de mitigação dos impactes, as quais estão dependentes da objectividade e consistência da análise efectuada e da respectiva adequabilidade das medidas propostas¹⁸. Exemplifica-o a exigência de um levantamento das áreas de dispersão e implantação dos registos patrimoniais (áreas de dispersão de materiais arqueológicos ou de implantação de estruturas) da forma mais detalhada possível, de forma a ser perceptível o seu enquadramento espacial e a ter em conta os fenómenos pós-deposicionais que poderão ter influenciado na imagem de superfície desses locais. Desta forma, o Guia Técnico colmata alguns aspectos que não estão previstos na Circular do IGESPAR, I.P. de *Termos de Referência para a elaboração de Estudos de Impacte Ambiental*, essenciais para a avaliação de impactes dos projectos em presença e para o melhoramento da prática de avaliação. Para esta prática importa, igualmente, consolidar os critérios de avaliação quantitativa e qualitativa dos impactes, estabelecida de acordo com distintas metodologias, resultando em escalas de valor diferenciáveis, bem como promover uma maior proximidade nas fases de elaboração de EIA com a elaboração dos projectos, de forma a procurar salvaguardar na os vestígios arqueológicos e não estabelecer como norma a mera aplicação de medidas de minimização e salvaguarda pelo registo.

Um outro aspecto a anotar, por via do vazio legal, é ter caído na esfera dos arqueólogos o levantamento, avaliação e minimizações de outros patrimónios – nomeadamente o dito etnográfico ou do edificado rural. Sobre o “pequeno” papel do património etnográfico e construído no Património Cultural, e verificando-se a obrigatoriedade da presença de um arqueólogo nas equipas dos EIA e a completa ausência de outros especialistas em património, caberia perguntar que conhecimento ou valia resulta da acção dos arqueólogos sobre o património etnográfico.

Quanto à aplicação das medidas de minimização, toda a relação do IGESPAR, I.P. no âmbito do Alqueva em conjunto com a EDIA, tem contribuído necessariamente para a definição de melhores práticas, nomeadamente no que se refere às estratégias e metodologias de diagnóstico e de acompanhamento arqueológico.

¹⁸ Na área de intervenção do EFMA, estima-se que os descritores de maior relevância, em termos dos potenciais impactes negativos expectáveis, sejam os Recursos Hídricos, os Ecossistemas, o Património Arqueológico e os Solos, embora tal possa variar em função das especificidades de alguns dos projectos e/ou respectivas áreas de implantação (Guia Técnico para a elaboração de Estudos de Impacte Ambiental de Projectos do EFMA, 1ª Edição, Outubro 2007:p.91).

exemplo os 2 últimos anos (Gráfico 3) – ninguém estranha, assim, que seja no âmbito do Alqueva que ocorram a maior parte dos trabalhos arqueológicos, seja pelo cumprimento das medidas impostas pelas Declarações de Impacte Ambiental, seja pelos pareceres determinados no terreno. Para trás ficam, claramente, os trabalhos decorrentes das condicionantes impostas em zonas de servidão administrativa, emitidas pela Direcção Regional de Cultura do Alentejo, ou, em muito menor escala, os impulsionados por Autarquias e os resultantes de projectos de investigação. Já na elaboração de Estudos de Impacte Ambiental, verifica-se como o Alqueva não é uma prática isolada e que responde, tal como as restantes entidades, às obrigações legais da área da avaliação de impactes ambientais.

Toda esta actividade arqueológica desenvolvida na região, inédita até à data, e o modelo de articulação da Tutela na gestão



Imagem 3 – Torre Velha 3, Serpa. Decapagens mecânicas no âmbito do acompanhamento e escavação arqueológica em área em fase de construção da barragem da Laje

A primeira grande constatação a reter é de que após serem diagnosticadas – através de sondagens manuais ou mecânicas – as realidades identificadas nas prospeções dos EIA, estas têm resultado maioritariamente em resultados negativos, apesar de alguns desses locais virem, posteriormente, a evidenciar alguns vestígios. É pois importante notar nesse balanço final, um notório desfasamento entre a mancha de sítios referenciados à superfície (prospeções) e o panorama estabelecido pelos vestígios identificadas durante os acompanhamentos arqueológicos em obra, resultando quer da não confirmação de vestígios conservados das primeiras referências na área das obras (sem excluir que se situem em áreas marginais), quer do grande número

de novas ocorrências “invisíveis” à superfície. Como tivemos ocasião de referir num poster elaborado em conjunto entre a EDIA e o IGESPAR (2008), e a título de exemplo, nos casos do Bloco de Rega do Pisão, do Bloco de Rega de Monte Novo e do Bloco de Rega de Alvito-Pisão, num conjunto de cerca de 60 sítios arqueológicos condicionados previamente a intervenções, os trabalhos de minimização apenas diagnosticaram a presença de níveis arqueológicos em 5 casos. A verdade é que, comparativamente, o tipo de impacte decorrente da construção dos blocos de rega (mais intrusivo) é diferente do ocorrido na construção das albufeiras, facto que nos tem permitido “testar” de uma forma mais exacta a imagem da cartografia arqueológica obtida aquando prospeção arqueológica.

Assim, de forma a ultrapassar o “jogo de batalha naval” em que essas sondagens prévias resultam, temos vindo a procurar, em primeiro lugar em sede de Avaliação de Impactes Ambientais (AIA), e posteriormente face a novas ocorrências em fase de obra, aferir com maior exactidão a natureza dos vestígios superficiais ou determinar, em áreas críticas do ponto de vista de implantação e com determinadas características geológicas, a opção, faseada ou não, da decapagem mecânica e controlada dessas áreas.

Convém, obviamente, esclarecer que a identificação deste grande número de novas ocorrências arqueológicas em fase de obra não significa uma má avaliação de impactes ou uma deficiente prospeção arqueológica em sede de AIA, pois a maioria corresponde a estruturas negativas (fossas) de cronologia Pré e Proto-Histórica, escavadas no substrato geológico e que apenas poderiam ser identificadas através deste volume de acções intrusivas no subsolo¹⁹. Este facto é responsável pela assinalável revolução empírica para determinados períodos históricos e que o 4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva testemunha, devendo igualmente ser assinalada e reforçada a importância dos trabalhos de Acompa-

¹⁹ A identificação destas estruturas negativas (fossas na sua maioria) em rochas brandas, principalmente gabros e granitos bastante alterados e outras rochas carbonatadas, é bastante difícil, por, muitas vezes, não se distinguirem do substrato geológico, devido aos processos de formação do registo arqueológico – preenchimentos que integram maior ou menor quantidade de elementos resultantes da desagregação da rocha de base – e a fenómenos pós-depositivos, sejam de origem natural ou antrópica e devido à alteração dos depósitos e do próprio substrato geológico.

²⁰ A Fiscalização não pode assumir qualquer ingerência nas atribuições e competências da Tutela. A presença de um arqueólogo na Equipe de Fiscalização surge como afecto ao Dono de Obra (EDIA) na sua delegação de fiscalização/consultoria das obrigações contratuais de arqueologia (Caderno de Encargos e Sistema de Gestão Ambiental), e no apoio aos trabalhos de arqueologia em acções pontuais de prospeção e acompanhamento não abarcados pela equipe de arqueólogos responsáveis pelo acompanhamento.

nhamento Arqueológico, aos quais se deve, em primeira instância, o ónus da sua identificação. O facto alerta-nos para a necessidade permanente de uma reflexão sobre as metodologias do trabalho arqueológico em contexto de obra e para a sua aplicação tendo em conta as características específicas da obra, as tipologias de vestígios arqueológicos expectáveis e as características naturais das regiões.

A situação reflecte a importância da pronta resposta da Tutela no terreno, por via do já referido Protocolo, contribuindo em muito para a sua boa execução o corpo de arqueólogos da EDIA, cuja representação no campo é assegurada pelo Dr. Paulo Marques. O IGESPAR, I.P. não apenas avaliza os acompanhamentos arqueológicos, com o auxílio dos arqueólogos afectos ao Dono de Obra nas Equipes de Fiscalização²⁰, como prontamente avalia *in loco* as medidas a tomar em diversas situações, para as quais, antes de ser observado o princípio da salvaguarda pelo registo, são procuradas soluções de obra que evitem maiores ou quaisquer afectações. Porém, face à quantidade de sítios arqueológicos afectados, são poucos os casos em que esta situação ocorre. Igualmente as “escavações de salvamento” não são impeditivo da consideração posterior da preservação dos vestígios, ainda que casos assim sejam menos frequentes. Esta articulação beneficia, obviamente, o decorrer das empreitadas, no sentido em que os tempos de paragem de frentes de obra foram reduzidos de forma exponencial.

Por sua vez, a dinâmica resultante deste verdadeiro “frenesim” de trabalhos arqueológicos tem vindo paulatinamente a colocar algumas questões quanto à forma de execução destes mesmos trabalhos. Uma discussão que começa a ganhar forma assenta, basicamente, na opção da minimização dos vestígios a afectar por amostragem ou por escavação integral. Desde logo entendemos – e assim procuramos reflectir na nossa prática no Alqueva e da Extensão de Castro Verde – que qualquer que seja a minimização, esta é sempre uma amostragem parcial, com base numa análise concreta das situações, uma análise que não deve ser estanque aos princípios gerais que por regra se apliquem, e na qual deve haver sempre lugar a reavaliações ou, dito de outra forma, que haja lugar para aprender com os erros e com os méritos das práticas de minimização.

Também sabemos que o tipo de impactes condiciona a abordagem: a submersão por uma barragem determina necessariamente uma amostragem previamente definida pela imagem de superfície dos vestígios que se espera que permaneçam selados sob as águas, como poderia ser o caso de serem selados por uma outra qualquer infra-estrutura, ainda que sobre este aspecto exista igualmente uma discussão já iniciada quanto aos impactes dessas “selagens”. Já a afectação directa ou a prevista destruição de um sítio arqueológico tem determinado na nossa área de actuação, no mínimo, a escavação integral das áreas directamente a afectar.

Determinar que nestes últimos casos possamos consentir a destruição sem escavação e sem registos integrais parece-nos fora de questão face ao actual quadro epistemológico. Argumentar no sentido “que é mais do mesmo” o que se destrói, não apenas contraria o princípio do “poluidor-pagador” que sustem o nosso quadro legal, como contraria o princípio, já por si gerador de debate, da “salvaguarda pelo registo”, funcionando no fim de contas como uma justificação que apraz mais aos prazos da obra do que o conhecimento arqueológico, e que, sobretudo, se desvia perigosamente do mínimo que uma minimização deve conter, passe a redundância.

Porém, nada nos deve impedir de ponderar quais as realidades arqueológicas sobre as quais o conhecimento é já por si suficiente e que nos permitam optar por outros tipos de registo, permitindo, em última instância, contrariar o princípio da escavação integral das áreas a afectar. A minimização como exercício de compromisso, não pode ser obviamente estanque, mas deve ser presidida nesse consenso pela disciplina arqueológica. O que não devemos é sustentar essas opções no actual quadro de conhecimentos que, na verdade, e em boa parte, só agora está a vir ao de cima, exemplificado nomeadamente com o vasto mundo das “fossas” da pré-história recente e da proto-história, cuja soma das escavações integrais começa agora a fornecer as linhas de síntese que nos escapariam com a redução dessas amostragens. Saliente-se, por fim, que a questão não deve assentar apenas na quantidade de dados conhecidos, não podendo ser ignorado a efectiva produção de conhecimento científico que daí deve resultar, um aspecto que na maior parte das vezes tem tido um alcance limitado.

Esta discussão conduz-nos necessariamente à questão dos estudos finais e de síntese a realizar, elementos que devem ser reconhecidos como o calcanhar de Aquiles da arqueologia preventiva. Um problema existente dentro uma classe profissional que, em muitos casos, não tem demonstrado muito interesse em transpor o seu papel de técnicos de

²¹ Este novo modelo, à semelhança dos Blocos do Regolfo do Alqueva, requer um “Relatório Final Global”, o qual para além da inclusão de forma autónoma e individualizada de todos os relatórios das diversas intervenções efectuadas, já completados ou corrigidos de acordo com os anteriores pareceres do IGESPAR, I.P. deverá reflectir uma avaliação geral sobre o património arqueológico do território em causa, considerando a integração dos novos dados decorrentes do processo de avaliação e minimização.

registo arqueológico para assumir o seu último compromisso como arqueólogos, e tradutores desse registo, seja essa responsabilidade desenvolvida no próprio âmbito de investigação da arqueologia empresarial, seja estabelecendo a ponte com as universidades e unidades de investigação, as quais permanecem, ainda assim, demasiado alheadas destes acontecimentos. Por outro lado, o contexto institucional da própria Tutela deveria assumir definitivamente o seu papel na divulgação e no auxílio à investigação.

Sendo este igualmente o calcanhar de Aquiles do projecto Alqueva, e que vem já da sua primeira fase, fazemos votos de que a publicação das intervenções do regolfo do Alqueva, promovida pela EDIA e pela Direcção Regional da Cultura do Alentejo, assim como, o retomado Colóquio de Arqueologia do Alqueva, possam vir a inverter o impasse da questão. Nesse sentido, refira-se igualmente a preocupação partilhada entre EDIA e o IGESPAR, I.P. ao estabelecer no Protocolo de 2007 a adjudicação de blocos de intervenção a equipas únicas, sob o compromisso destas virem a fornecer leituras e análises arqueológicas de conjunto – e respectiva apresentação pública – que o parcelamento das várias intervenções obviamente vinha dificultando²¹.

Uma outra questão que se levanta com o volume de intervenções com que lidamos é obrigatoriamente o dos espólios, um problema que se coloca desde a chamada “Reserva Arqueológica de Alqueva”. Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito dos blocos de rega de Alqueva originam a constituição de vastíssimos espólios e colecções arqueológicas que é necessário acondicionar e que se vêm somar aos espólios dos restantes trabalhos arqueológicos. Os destinos destes espólios são as instituições museológicas locais e os depósitos afectos às Extensões do IGESPAR, I.P., colocando-se, neste aspecto, diversos problemas, aliás transversais a todo o território nacional, entre eles: a fraca presença de instituições museológicas habilitadas ou com espaços de reservas com capacidade para receber as colecções; a limitação de espaço dos depósitos no IGESPAR nas áreas de implementação do EFMA, o qual se está a esgotar; a permanência de alguns espólios na posse dos arqueólogos ou das empresas de arqueologia por períodos demasiado longos; ou o deficiente tratamento e acondicionamento de algumas das tipologias de materiais arqueológicos entregues em depósito.

A constituição de vastos espólios arqueológicos, nem sempre devidamente tratados e estudados, surge, assim, em contra ciclo à constituição de colecções arqueológicas com vista à sua valorização e divulgação museológica, que se assume como uma das linhas de acção da Tutela, a desenvolver em articulação com o Instituto de Museus e Conservação.

Uma derradeira questão respeita à Monitorização e Salvaguarda dos sítios arqueológicos uma vez concluídas as intervenções do Alqueva. Este é um problema já antes colocado no chamado Programa de Monitorização do Património Arqueológico de Alqueva (PMIPA) face aos problemas de preservação/afecção dos sítios localizados na faixa inter-níveis das diversas albufeiras e cuja monitorização tarda e é urgente. Porém, a situação de maior preocupação surge em relação à salvaguarda dos sítios identificados e/ou intervencionados no âmbito dos Blocos de Rega, cuja potenciada exploração agrícola intensiva e mecânica, tem vindo a colocar em perigo esse património na altura dos proprietários sobre eles instalarem a chamada Rede Terciária de Rega que deriva dos hidrantes aí colocados, e cujo prenúncio no Baixo Alentejo é por demais conhecido, a ver pelos olivais intensivos que têm sido plantados nos últimos anos, à margem de qualquer mecanismo de prévia avaliação no âmbito patrimonial. Por força do regime de propriedade inerente, estas situações não foram atendidas em qualquer Programa de Monitorização afecto à EDIA, ao contrário do que sucede para as albufeiras. O facto requer, assim, por parte do IGESPAR, I.P., com a colaboração da EDIA e das Autarquias, a análise dos valores em risco e dos impactes cumulativos, cuja imposição de condicionantes deve ser estruturada ao nível da administração central e regional, entre o Ministério da Cultura e os organismos representantes das valências em causa; não podendo, a outro nível, deixar de ser articulada a salvaguarda deste património com as Autarquias, cuja participação tem sido praticamente ausente, devendo, neste campo, assumir o papel relevante que lhes cabe.

Por fim, é essencial recordar que a relação entre a EDIA e o IGESPAR, IP não omite que caberá a ambas as partes levar a cabo não apenas uma política eficaz de divulgação científica dos resultados e de estudos integrados, como também, e não menos displicente, uma política eficaz de divulgação pública e social da actividade e dos resultados que o Alqueva desencadeou²².

É pois pertinente que, olhando para esta última década, possamos retirar do projecto Alqueva algumas ideias que possam contribuir para pensar nos caminhos que a actividade arqueológica preventiva em Portugal deve tomar. É, evi-

²² O Protocolo EDIA / IGESPAR refere, nomeadamente, que “independentemente do desenvolvimento das acções específicas de minimização arqueológica, resultantes dos impactes directos das diversas empreitadas do Plano de Rega e decorrentes das suas obrigações legais enquanto promotora, considerando a importância social do Empreendimento à escala da Região Alentejo, a EDIA por iniciativa própria ou de terceiros e em colaboração com o IGESPAR e outras entidades públicas ou privadas, poderá considerar outras formas de apoio a projectos de estudo, salvaguarda ou valorização patrimonial directamente relacionados com os territórios intervencionados.”

dentemente, um caminho que não cabe inteiramente à Tutela delinear, mas cujas responsabilidades devem ser repartidas com os demais agentes e participantes: promotores, arqueólogos e empresas de arqueologia, aqueles que estão verdadeiramente na frente deste processo; universidades que formam a massa crescente de arqueólogos, assim como os distintos níveis de administração local e regional que partilham com os organismos centrais responsabilidades sobre o património.

Sobre o que deve ser e para o que serve afinal a actividade arqueológica preventiva acaba por ser a questão, tanto à partida como à chegada, que sempre tivemos nas mãos. Demonstrado que está que é no quadro das grandes obras públicas como o Alqueva e ao quadro legislativo nacional e europeu que se deve o boom da arqueologia em Portugal, a questão passa por saber até que ponto ficou arqueologia refém das obras e do estrito cumprimento do disposto pelas Declarações de Impactes Ambientais ou da actuação da Tutela. Neste persistente quadro da “salvaguarda pelo registo” é importante que se questione até que ponto não se tornou efectivamente a nossa actividade num simples e não menos confrangedor papel de bombeiros, no qual acabamos – como referiu António Valera recentemente (2008) – a minimizar não o impacte das obras no património, mas o impacte do património e da arqueologia nas obras... Até que ponto afinal esquecemos que somos historiadores a quem a sociedade incumbiu, pela capacidade técnica específica, o papel de traduzir os vestígios do passado num discurso que não pode ser encerrado em Relatórios técnico-científicos entregues no fim da empreitada.

Assim, o 4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva não deve constituir apenas uma regular partilha e discussão dos conhecimentos entre pares, mas espera-se que possa sublinhar a importância e o estímulo em passar da minimização à maximização dos registos que temos vindo sistematicamente a salvar. Isto é, também o desafio da “Educação Patrimonial”.

Beja, 24 de Fevereiro de 2010

Bibliografia

Canhão, V., Carreira, D., Deus, M., Henriques, M., Marques, P., Martinho, M., Melro, S. (2008) – Contributos da implementação do EFMA para o conhecimento da ocupação humana da região do Alentejo. Poster apresentado na CNAI'08 - 3ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes, Beja.

Carvalho, António Faustino (2002) – Arqueologia Preventiva no Empreendimento da Barragem de Alqueva. Eleição de alguns aspectos estruturais. In *Al Madan*, II Série (11), CAA, Almada, pp.78-81.

Silva, António Carlos (1999) – “Salvamento Arqueológico no Guadiana”, *Memórias d’Odiviana – Estudos Arqueológicos do Alqueva*, nº 1, EDIA, Beja.

Vários (2002) - “Arqueologia do Alqueva”. In *Revista Al Madan*, II Série (11), Centro de Arqueologia de Almada, Almada.

Valera, António (2008) – “Minimizar em Arqueologia. Um novo rumo?” in *Al-Madan*, IIªSérie, nº16.